

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Belém Pará

Data: 23.08.2025

Local da realização da atividade: SESC Ver-o-Peso

Relator (es): Welderson Lula G. dos Santos / Areta Pimentel

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Dependência do Iphan/institucional. Política pública do patrimônio imaterial.	Ocupar Conselhos Municipais e Estadual e outros espaços.
Restrição da informação de projetos, editais e outros.	Dar publicidade aos atos. Melhoria no setor de comunicação.
Valorização dos Mestres de capoeira. Gestores com conhecimentos específicos da área de patrimônio cultural.	Proposição de mérito cultural.
Efetivação da política pública do patrimônio cultural. Retomada do eixo cultura e saúde. Burocracia nos atos administrativos.	Acompanhamento da saúde dos mestres e mestras do carimbó.
Integração institucional entre as esferas.	Realização de encontros setoriais para debater a cultura popular.
Acesso as unidades educacionais. Estreitar relacionamento com as escolas dos municípios.	Plano de educação patrimonial em escolas. Resgate das memórias das mestras e mestras.
Desmorte dos comitês. Falta de diálogo institucional. Estrutura deficitária nos órgãos patrimoniais.	Fortalecimento dos comitês, do fórum de cultura do estado e os pontos de cultura de forma geral. Fortalecer os conselhos e participação da sociedade civil.
Destruição do patrimônio edificado e falta de sensibilidade.	Estimular a ideia de pertencimento para o bem material. Estabelecer patrimônio cultural nas escolas.
Estratégia e estímulo a participação social nos espaço de diálogo e decisão nas políticas culturais.	Criar e fortalecer instâncias como conselhos como mecanismo que promova a gestão compartilhar, a participação e controle social.
Estruturas municipais de gestão de	Criar ações e programas de indução da

cultura e patrimônio cultural deficitárias ou inexistentes	criação e fortalecimento de órgãos e instâncias de gestão da cultura e do patrimônio cultural nos municípios
--	--

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Desafios	Oportunidades
Inserção de novos métodos e mecanismos, inclusive tecnológicos, como exigência e avaliação em editais.	Proposição de editais que levem em consideração as particularidades e limitações(materiais, tecnológicas) dos territórios.
Burocratização de editais, levando em consideração os desafios territoriais.	
Facilitar o acesso das comunidades longínquas nas tratativas relacionadas ao patrimônio.	Promover maior presença e atuação das instituições/órgãos junto aos territórios.
Fazer cumprir as leis relacionadas ao patrimônio cultural.	Reconhecimento, valorização e representatividade dos mestres mestras com entes públicos.
Adaptar as exigências dos editais à realidade das comunidades, de modo evitar a exclusão.	Promover políticas que respeitem as dinâmicas locais dos territórios.
Dificuldade de acesso aos editais pelas comunidades rurais, ribeirinhas, da floresta e tradicionais, através exclusivamente dos meios digitais.	
Fragilidade ou ausência de políticas públicas culturais e patrimônio cultural a nível municipal(especialmente em áreas de conflitos).	Promover capacitação, formação, sensibilização continuadas dos servidores e gestores municipais.
Participação mais ativa da gestão municipal nas tratativas dos bens culturais. Descentralização do Iphan.	Ações de órgãos públicos de patrimônio devem ser replicados nos municípios e comunidades. Promoção de evento com os municípios. Proposição de Escritório Técnico do Iphan em cidades no interior do estado.
Excesso de burocracia dos órgãos de patrimônio.	Promover, efetivar e executar estratégias de melhorias de acesso as informações.
Promover equidade de recursos para os bens de natureza material e imaterial.	
Superar a restrição de apenas técnicos e especialistas na condução das discussões de reconhecimento,	

preservação e definição dos patrimônios culturais.	
Ausência de relação mais direta com os poderes públicos e as instituições e comunidades locais.	Promover uma rede de agentes locais de multiplicadores das políticas de patrimônio cultural.
Sensibilidade com a questão sócio cultural e econômica dos detentores.	
Direito ao uso dos espaços e equipamentos públicos por parte de agentes culturais.	Respeitar e legitimar o direito de manifestação do patrimônio cultural em espaços públicos sem precisar ficar refém de retaliações.
Ampliação e criação de espaços públicos adaptados para a realidade do patrimônio cultural.	

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades
	Criação(pelo Iphan, Estado e Municípios) de feiras, festivais e eventos correlatos como ação de promoção para captação de recursos para aplicação no patrimônio cultural.
Ausência de reconhecimento das atividades da economia local pelo poder público.	Criação de programa de contratação e compras públicas da produção relacionadas ao patrimônio cultural.
	Promover o comercio virtual da produção relacionadas ao patrimônio cultural.
Fortalecer as redes de economia do patrimônio e da sóciobioeconomia nos territórios.	Ampliação de políticas de editais.
Dificuldade de captação de recursos para economia do patrimônio.	Mapeamento dos fazedores de cultura e pesquisadores e também dos espaços públicos de cultura.
	Promoção da educação patrimonial nas escolas.
	Ações que promovam a atuação remuneradas dos agentes culturais e patrimoniais nos espaços educativos e culturais, públicos e privados.
	Promover política públicas integradas de articulação entre os segmentos(Educação, Cultura, Turismo).

Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades
Espaços e equipamentos públicos adaptados à diversidade da produção e reprodução do patrimônio cultural.	Criação de múltiplos espaços específicos adequados a cada prática cultural patrimonial.
Reconhecer a relação entre o patrimônio cultural e natural.	Criar um defeso geral com intuito de suspender as atividades que geram impactos no patrimônio cultural e natural dos territórios.
Ameaças à paisagem cultural, espaços e territórios tradicionais de produção e reprodução cultural.	Denunciar, dar publicidade às ameaças aos territórios e povos tradicionais detentores de patrimônios culturais.
Considerar as especificidades do território amazônico na perspectiva de atuação institucional em políticas públicas.	Aumentar diálogos, formações junto às comunidades sobre racismo ambiental, mudanças climáticas, etc.
	Criar estratégias de combate ao racismo ambiental e desigualdade social.
Respeitar e proteger os territórios que abrigam modos de vida dos patrimônios culturais.	Fomento na formação e educação socioambiental e práticas sustentáveis.
Contaminação e desaparecimento da biodiversidade; alteração da geografia dos territórios, que afetam os modos de fazer, criar e viver.	Fortalecer as políticas públicas de meio ambiente.
Evitar as homogeneizações da cultura e do patrimônio. Respeitar a diversidade das manifestações dos patrimônios culturais.	Efetivar as leis de meio ambiente.
Grandes Mineradoras e outros empreendimentos que assolam nossos campos, florestas, cavernas ninhos de animais, destroem a geografia e paisagem e o patrimônio cultural como exemplo, a Serra de Carajás; e vem as	Ações Políticas governamentais, entre Gov.Fed., o Estado e os Municípios envolvidos para garantir que essas grandes corporações não somente usufruam dos bens materiais locais, mas que se comprometam em garantir a preservação do meio ambiente e garantir

